

Retornando ao arquivo colonial: vestígios civilizatórios na missão militar de instruir e sanear populações pesqueiras no Brasil¹

Carolina de Oliveira e Silva Cyrino²

Resumo: Sob quais argumentos propõe-se uma missão militar de colonizar uma população, identificando seus modos de vida e práticas de trabalho como obsoletas, apresentando-lhes formas de ser e viver exógenas, para que possam ser considerados pertencentes a uma nação? É com essa inquietação que retornamos ao arquivo colonial da Marinha brasileira, que registra a criação das primeiras colônias de pescadores no Brasil, na primeira metade do século XX, com a premissa de *instruir e sanear* os pescadores brasileiros, “libertando-os” assim de seus modos de vida arcaicos para uma vida moderna e civilizada. Essas representações e imaginários sociais sobre o pescador ganharam relevo, definindo-os como um grupo atrasado e que precisava ser civilizado. Por meio da análise de discurso, este trabalho tem como objetivo provocar outro olhar sobre a história registrada, buscando perscrutar os vestígios civilizatórios, a fim de compreender o que esse discurso justifica. Dialoga com autores anti-coloniais e pós-coloniais, na perspectiva de confrontar o modelo totalitário/hegemônico de modernidade que tinha como premissa a supressão de outros modos de vida, como de povos tradicionais, e ainda como esses discursos utilizam-se do eixo racial para a perpetuação de suas estruturas de poder.

Palavras-chave: 1. Colonialismo; 2. Processo Civilizatório; 3. Racismo; 4. Populações pesqueiras.

Returning to the colonial archive: civilizing traces in the military mission of instructing and sanitizing fishing populations in Brazil

Abstract: *Under what arguments is it proposed a military mission to colonize a population, identifying their ways of life and working practices as obsolete, presenting them with exogenous ways of being and living, so that they can be considered as belonging to a nation? It is with this concern that we return to the Brazilian Navy colonial archive, which records the creation of the first fishing colonies in Brazil, in the first half of the twentieth century, with the premise of “instructing and sanitizing” brazilian fishermen, as a “redemption”, from their archaic ways of life to a modern, civilized life. State actions subsequent to the military mission not only intensified this kind of social reading, but also began to use it as a justification to promote even more elaborate processes of exclusion. Through discourse analysis, this paper aims to provoke another look at recorded history, seeking to scrutinize civilizing traces in order to understand what this discourse justifies. We will talk with anti-colonial and postcolonial authors, in order to confront the totalitarian / hegemonic model of modernity that had as its premise the suppression of other ways of life, such as traditional peoples, and also how these discourse uses the racial axis for the perpetuation of its power structure.*

Keywords: 1. Colonialism; 2. Civilizational process; 3. Racism; 4. Fishing populations.

¹ Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em andamento, através do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculado ao PPGS/UFRGS. Uma primeira versão foi apresentada no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em julho de 2019 em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina. Esta versão atualizada contempla aprimoramentos a partir do curso da pesquisa e das considerações acolhidas dos pareceristas da Revista Contemporânea da Universidade Federal de São Carlos.

² Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre – Brasil - carolinacyrino.ufes@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6951-581X>

Volviendo al archivo colonial: huellas de civilizaciones en la misión militar de instruir y sanear poblaciones pesqueras em Brasil

Resumen: ¿Bajo qué argumentos se propone una misión militar para colonizar una población, identificando como obsoletas sus formas de vida y prácticas laborales, presentándoles formas exógenas de ser y de vivir, para que puedan ser consideradas como pertenecientes a una nación? Es con esta preocupación que volvemos al archivo colonial de la Armada de Brasil, que registra la creación de las primeras colonias pesqueras en Brasil, en la primera mitad del siglo XX, con la premisa de instruir y sanear a los pescadores brasileños, así “liberándolos” de sus formas de vida arcaicas para una vida moderna y civilizada. Estas representaciones e imágenes sociales sobre el pescador ganaron importancia, definiéndolos como un grupo atrasado que necesitaba ser civilizado. A través del análisis del discurso, este trabajo pretende provocar otra mirada a la historia registrada, buscando escudriñar los vestigios de la civilización, para comprender qué justifica este discurso. Dialoga con autores anticoloniales y poscoloniales, en la perspectiva de confrontar el modelo totalitario / hegemónico de modernidad que tenía como premisa la supresión de otras formas de vida, como los pueblos tradicionales, y también cómo estos discursos utilizan el eje racial. Para la perpetuación de sus estructuras de poder.

Palabras clave: 1. Colonialismo; 2. Proceso civilizador; 3. Racismo; 4. Poblaciones pesqueras.

INTRODUÇÃO

O progresso era anunciado pelo Estado brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, como o grande alvo a ser conquistado pela nação. A modernização das atividades econômicas e a formação de uma população civilizada estabeleciam-se como estratégias que viriam a firmar-se, posteriormente, como um projeto de desenvolvimento nacional.

Aliada a esse cenário, a Marinha do Brasil percorreu a costa brasileira, entre os anos de 1919 a 1923, criando as primeiras colônias de pesca do país, a fim de conduzir a modernização e controle da pesca e também dos modos de vida e trabalho das populações pesqueiras. Com a premissa de instruir e sanear os pescadores brasileiros, a instituição militar proclamava a libertação de uma vida atrasada para um novo modo de ser: moderno e civilizado.

Neste trabalho retornamos ao arquivo colonial “A missão do Cruzador José Bonifácio”, obra publicada em 1945 e narrada pelo Capitão de Mar e Guerra Frederico Villar, comandante da expedição. A investigação do passado nos remete a uma narrativa que já foi registrada, ao refazermos o percurso encontramos vestígios que denunciam outras histórias. Na corrida pela modernização, as políticas de desenvolvimento apostavam em estratégias que tinham como premissa a lógica da produtividade econômica e o alcance civilizatório da população. Classificava-se um modo de ser e estar no mundo como superior e, conseqüentemente, produzia-se estereótipos sobre aqueles desencaixados desse modelo.

Ações de condução dos pescadores artesanais à modernidade foram direcionadas por um projeto de desenvolvimento nacional em que ora seus modos de vida e trabalho não eram compatíveis com este ideal de modernização, ora era um aspecto negligenciado. Esses direcionamentos, iniciados de forma tutelar e disciplinadores pela Marinha do Brasil, acionaram um discurso que marcava a urgência da modernização não apenas da pesca, mas das populações pesqueiras.

Essas representações e imaginários sociais sobre o pescador ganharam relevo, definindo-o como um grupo atrasado e que precisava ser civilizado. As ações de Estado subsequentes à Missão colonizadora da Marinha não apenas intensificaram esse tipo de leitura social, mas também passaram a utilizá-la como justificativa para promover processos ainda mais elaborados de exclusão desse grupo

que, embora com adversidades, e talvez em razão delas, elaboram novas possibilidades de existirem³. Somando mais de um milhão de trabalhadores no país, esse grupo atravessa um crescente processo de desigualdade e exclusão social. Essa condição é agravada pelo avanço industrial nos territórios, a apropriação dos recursos pesqueiros, a priorização da pesca de grande escala e aquicultura e, em especial, pelas políticas empreendidas pelo Estado que não valorizam a atividade artesanal.

Considerando o discurso civilizatório e a marcação de estereótipos sobre a vida e trabalho das populações pesqueiras, durante a condução da criação das colônias de pesca no Brasil, este artigo tem como objetivo provocar outro olhar sobre a história registrada, buscando perscrutar os vestígios civilizatórios, a fim de compreender o que esse discurso justifica.

Na primeira parte, abordamos o contexto do projeto de modernidade que estava em curso durante a Missão, trazendo a discussão sobre qual discurso era apresentado às populações pesqueiras. Na segunda e terceira parte, discorremos sobre as estratégias de dominação desse discurso e para quem/o que ele atendia. Dialogaremos nesta análise, dentre outras abordagens, com autores anti-coloniais e pós-coloniais, na perspectiva de confrontar o modelo totalitário/hegemônico de modernidade que tinha como premissa a supressão de outros modos de vida, como de povos tradicionais, e ainda como esses discurso utiliza-se do eixo racial para a perpetuação da sua estrutura de poder.

POR UMA “NAÇÃO CIVILIZADA”: NOTAS SOBRE A MISSÃO DO CRUZADOR JOSÉ BONIFÁCIO

Páginas envelhecidas narram histórias de uma população que tinha sobre seu domínio o mar e os seus recursos naturais, entretanto, carecia de civilização, como estranhos à sua própria pátria, *ensurdecidos pelo bramir das ondas*⁴, e foram agraciados por uma *Missão* que viria torná-los, enfim, civilizados e aptos para servirem a uma nação moderna. O ano era 1945, e o Comandante Frederico Villar registrava com entusiasmo o sucesso da *Missão do Cruzador José Bonifácio*, que percorreu o litoral brasileiro com o projeto de nacionalização da pesca, criando mais de oitocentas colônias e cadastrando mais de cem mil pescadores. A Missão partiu durante os anos de 1919 a 1923 com o objetivo de modernizar as atividades pesqueiras no país e conduzi-los à civilização e ao progresso. Havia uma euforia pela modernidade nas instâncias governamentais, e nas duas décadas seguintes, fortalecidos pelo projeto nacional-desenvolvimentista, a empreitada ganhou fôlego e respaldo estatal.

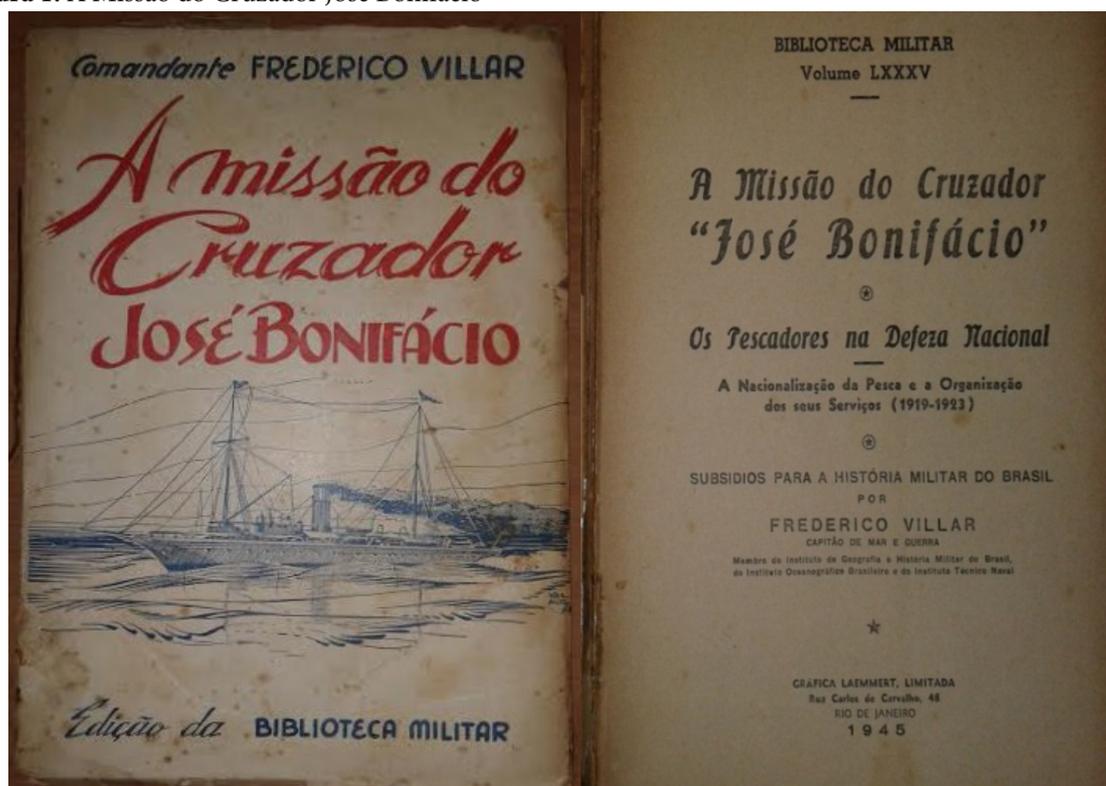
Foi por meio das ações empreendidas pela Marinha do Brasil que podemos identificar o início da trajetória da regulação da pesca no país. De acordo com Silva (2015), já a partir de 1912 o país vivenciava a expectativa do progresso desenvolvimentista urbano-industrial e, nesse cenário, a pesca chamou a atenção das elites, que apostaram na modernização do setor, por meio da sua industrialização. As ações promovidas pela instituição militar estavam alinhadas a essa perspectiva e visavam ao controle e à expansão da atividade pesqueira.

Cabe investigar quais motivações direcionaram a Marinha a percorrer toda a costa do país e o porquê da intenção de “instruir e sanear” os pescadores brasileiros. Por conta disso, interessa-nos aqui trazer reflexões sobre o registro *A Missão do Cruzador José Bonifácio* que apresenta impressões da Marinha sobre o pescador, e cuja narrativa alastra suas raízes em vários discursos institucionais que a sucederam. A obra de 235 páginas foi publicada em 1945, pela Biblioteca Militar, duas décadas após o término da expedição, narrada por seu próprio comandante, o capitão de Mar e Guerra Frederico Villar, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Instituto Oceanográfico Brasileiro e do Instituto Técnico Naval.

3 Embora não seja escopo deste artigo contemplar a análise dos movimentos sociais de luta por direitos das populações pesqueiras, o que demandaria outro e maior aprofundamento, faço destaque ao criterioso trabalho da socióloga Berenice Abreu (2012), que apresenta de modo detalhado a saga dos jangadeiros cearenses na década de 1940, a fim de encontrarem-se com o então Presidente da República, Getúlio Vargas, reivindicando direitos aos pescadores. Os desdobramentos do encontro, carregado de paternalismo, estereótipos e caráter simbólicos, encontram-se no registro *Jangadeiros, uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo* (ABREU, 2012).

4 Referência a expressão utilizada para descrever os pescadores como distantes da civilização, pelo discurso do Senado Federal exaltando os resultados da Missão do Cruzador José Bonifácio (Villar, 1945).

Figura 1. A Missão do Cruzador José Bonifácio



Registro de Imagem: CYRINO (2018). Fotografia da capa e folha de rosto de VILLAR (1945). Acervo pessoal.

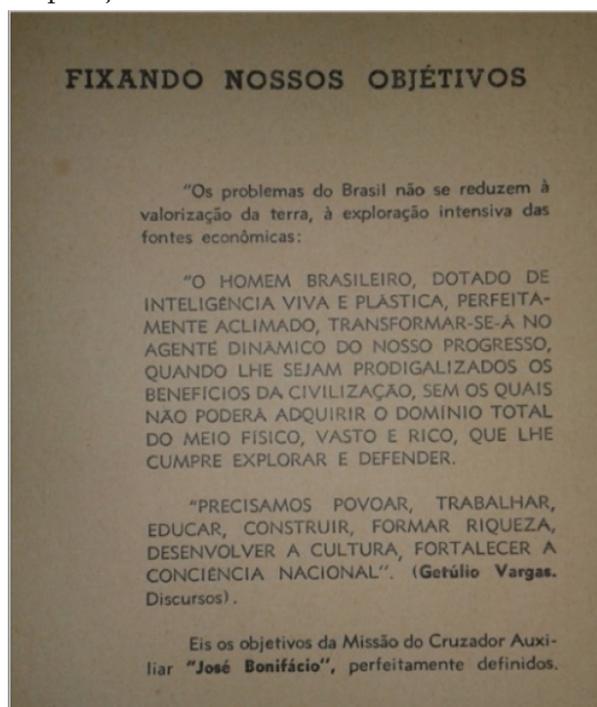
Segundo o registro da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE (1980), durante esses quatro anos da expedição, os militares percorreram o litoral brasileiro cadastrando e organizando os pescadores em colônias cooperativas com espaços para serviços de ensino e saúde, dos quais resultou o “Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral”, em 1923. A análise da SUDEPE enaltece o trabalho militar realizado e segundo essa extinta autarquia: “É nesse trabalho pioneiro, de Frederico Villar, que são estabelecidas as bases definitivas para o desenvolvimento da pesca do Brasil, e de uma orientação para uma futura ação do governo” (SUDEPE, 1980, p. 11).

Já na observação das primeiras páginas do registro da *Missão*, revelam-se elementos que contribuem para a análise do direcionamento que a Marinha brasileira adotou para a empreitada narrada pelo Comandante Villar. Na figura acima, podemos verificar os subtítulos do documento destacando o ideal nacionalista empreendido pela instituição militar: “Os pescadores na Defesa Nacional”; “A nacionalização da pesca e a Organização dos seus Serviços”; “Subsídios para a história militar no Brasil”.

Esses termos já dão indícios de como foi forjada a primeira política de reconhecimento e de avaliação da pesca e dos pescadores em todo o território nacional. Ou seja, de que modo coube a uma instituição militar cumprir o papel de identificar e determinar quem seria o pescador brasileiro?

A cruzada militar estava abraçada ao projeto de desenvolvimento nacional defendido pelo primeiro governo de Getúlio Vargas, e são as palavras desse líder político que o Comandante Villar utiliza como bússola para a *Missão*: “O homem brasileiro, dotado de inteligência e plástica, perfeitamente aclimado, transformar-se-á no agente dinâmico do nosso progresso, quando lhe sejam prodigalizados os benefícios da civilização [...]” (GETÚLIO VARGAS *apud* VILLAR, 1945, p. 04), como demonstra a Figura 2:

Figura 2. Os objetivos da expedição



Registro de imagem: CYRINO (2018). Fotografia da página 04 de VILLAR (1945). Acervo pessoal.

As palavras de Getúlio Vargas, na Figura 02, já anunciam essas características desenvolvimentistas, ao defender que o "homem brasileiro" necessitaria dos benefícios da civilização para então ser um agente do progresso. É sob esta bandeira que o discurso de nacionalização da pesca mostrava-se alinhado aos interesses estatais e avançou na trajetória desenvolvimentista no país.

Sem dúvida, o governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, figura com grande destaque no projeto desenvolvimentista e, na avaliação do Comandante, é louvado como um grande líder que conduz a nação ao progresso. O período do governo Vargas, conhecido como Estado Novo (1937 -1945)⁵ trouxe mudanças em vários aspectos no país, sejam econômicas, sociais, culturais, políticas e legislativas que, alinhadas à proposta nacional-desenvolvimentista, buscavam o ideal de integração nacional, valorização do mercado interno e expansão da indústria. A compreensão de *atraso* da sociedade brasileira em relação às outras em que a modernidade havia alcançado níveis mais complexos faz parte da gênese nacional – desenvolvimentista. Neste entendimento, "A construção da grande família – a nação – pressupôs um conjunto de artifícios que aumentaram a influência do Estado sobre a sociedade, reforçando mecanismos de controle e disciplinamento do trabalhador e de formação do cidadão" (COLBARI, 1995, p. 62). No caso dos pescadores artesanais, a modernização e controle do seu trabalho como premissa para servirem à pátria e alçarem a cidadania será a tônica das políticas empreendidas no período, sustentadas por um novo modelo de desenvolvimento do país.

Com a premissa de *instruir e sanear* as populações pesqueiras, as colônias de pesca foram divididas em zonas, a partir das quais eram instaladas escolas primárias para formação dos filhos de pescadores, com formação cívica e patriota, bem como serviços assistenciais, saúde e acesso a recursos institucionais. Os pescadores e a produção pesqueira passaram a serem reguladas, a fim de organizar a

5 O regime ditatorial do Estado Novo é marcado pelo papel do Estado como interventor do desenvolvimento do país, o poder estatal assume a condição protecionista na qual o trabalho passa a ser uma forma de enfrentamento da pobreza e de dignificação humana, entretanto, interesses das elites empresariais, políticas e de ordem religiosa vão estar alinhadas com o objetivo de promover a reabilitação da moral do trabalho, dos princípios cristãos, da disciplinarização dos pobres, criando assim, um cenário favorável à industrialização e à nova ordem política (COLBARI, 1995).

construção das indústrias de pesca nacionais e preparar os pescadores para servirem de reserva naval militar. Códigos de conduta moral e de ofício foram organizados, pelo próprio Comandante, a fim de instruí-los a tornarem-se cidadãos e profissionais.

O nome escolhido para a *Missão* já não foi ao acaso, a homenagem a *José Bonifácio*⁶ remete à figura desse patriarca da independência que defendeu a autonomia política nacional e a condução da nação ao progresso por meio de um projeto de civilização no qual fossem aperfeiçoados os valores sociais, morais e éticos da população. Bonifácio foi considerado um precursor da formação de identidade nacional no Brasil, e demonstrava o descontentamento com os modos de vida de populações indígenas e africanos escravizados, por não acompanharem o progresso do país, e, portanto, segundo seu entendimento, deveriam ser civilizados. Acreditava ainda que “[...] a classe dominante seria o principal ator da civilização, do aperfeiçoamento social, e da autonomia política nacional através do Estado liberal, o que, conseqüentemente, levaria a modernidade e ao progresso (MACIEL, 2007, p. 34).

A ideia de uma identidade nacional⁷ que representasse a integração nacional atravessou aspectos econômicos, políticos e socioculturais na formação da jovem república brasileira. Embora o arquivo colonial analisado neste artigo refira-se ao período da década de 1920, é preciso considerar que o mesmo foi publicado no período do Estado Novo, duas décadas após, e seus marcadores são importantes para a compreensão da narrativa ostentada do documento. De acordo com o Souza (2008), o Estado Novo foi o pioneiro na promoção da identidade nacional e passou a cooptar intelectuais para que formulassem propostas de homogeneização da população, tendo como premissa os interesses da elite governamental.

Nesse contexto, Getúlio Vargas acreditava que a identidade nacional era algo que já existia e acompanhava o desenvolvimento histórico do país e, desse modo, transformando-a em um projeto estatal, caberia ao Estado não construí-la, mas encarná-la (SOUZA, 2008). Concebia-se, então, a identidade nacional como algo que deveria ser desejado. É nesse aspecto que a análise Ortiz (1984) traz luz à nossa compreensão, segundo esse sociólogo “[...] a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de delimitar as fronteiras de uma política que se procura impor como legítima” (ORTIZ, 1984, p. 9). O discurso seria então que, os interesses de determinados grupos estariam alinhados ao próprio “interesse nacional” e essa integração seria então necessária para o desenvolvimento do país:

“[...] a procura de uma ‘identidade brasileira’ ou de uma ‘memória brasileira’ que seja em sua essência verdadeira é na realidade um falso problema. A questão que se coloca não é de se saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os ‘verdadeiros’ valores brasileiros. A pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? **A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesse elas servem?**”(ORTIZ, 1984, p.139, grifo nosso).

Essa articulação estava presente na estratégia na condução disciplinadora da Marinha a fim de propulsionar a modernização da atividade pesqueira atendendo os interesses desenvolvimentistas defendidos pelo Estado. Nesta, era preciso que os pescadores acreditassem que os modos de vida e trabalho que ora lhes eram apresentados os habilitariam a condição de cidadãos, aptos para servirem ao país.

6 José Bonifácio de Andrada e Silva ficou conhecido como patriarca da independência do Brasil, no século XIX, e exaltado como fundador da nacionalidade brasileira. Destacou-se por ser o principal ministro de D. Pedro no começo do Império e responsável pela tutela do infante Pedro II, junto a outros conselheiros, no período regencial brasileiro. Político e pensador reformista, Bonifácio propôs na Assembléia Constituinte de 1823 a substituição dos escravos africanos por imigrantes europeus, defendendo sua contestação por princípios morais e religiosos contrários ao regime escravista (ODA, 2006).

7 O debate sobre a formação de identidade nacional brasileira é amplo e possui uma vasta discussão nas ciências sociais brasileiras, dado as limitações do escopo dessa pesquisa não serão aqui aprofundadas. Para melhor discussão, ver *Estrangeiros em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920* (NAXARA, 1998) e *A construção do homem novo* (GOMES, 1982).

Classificados como atrasados, os costumes, modos de vida e trabalho, corpos, crenças e memórias eram mobilizados na tentativa de supressão pela adoção de práticas modernas e consideradas civilizadas. No horizonte, eram anunciados benefícios de uma modernidade como uma oferta de retirar-lhes das condições de miserabilidade física e moral. O território e as práticas dessas populações passam a ser percebidas enquanto um espaço vazio a ser conquistado, bem como passíveis de executar um projeto de modernização.

COLÔNIAS DE PESCADORES COMO LUGAR DE CIVILIZAÇÃO

Ao retornar à história registrada sobre uma população, se nos deslocarmos de uma perspectiva evolutiva de alcance civilizatório pela superação do que passa a ser considerado primitivo, podemos compreender a complexidade de processos que a compõem. A ideia de conceitos e narrativas que são validadas para toda uma nação, no alcance de um mesmo horizonte não possui um caráter neutro, mas, atua como uma estratégia de colonização, à medida que se impõe uma história universal de dados e significados de uma hegemonia de pensamento. Essas classificações oficiais passam a regular a vida. Nessa perspectiva linear e evolucionista da história, outras formas consideradas não modernas ficam desencaixadas, como não adaptáveis.

É nesta perspectiva que a teoria pós-colonial apresenta-se neste trabalho como um aporte epistemológico de análise desse discurso hegemônico. No entendimento de Miglievich-Ribeiro, ao realizar estudo sobre as linhagens dos estudos pós-coloniais, estes possibilitam o questionamento do pseudouniversalismo que o projeto colonial impôs a outras formas de existência que escapam do modelo hegemônico. Nas palavras da socióloga, “[...] a razão pós-colonial, em termos amplos, na distinção à típica racionalidade moderna-ocidental, recusa explicações totalitárias e unívocas que pretendem um grau de abstração tal a desconsiderar processos históricos e os contextos específicos” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2018, p.40). Acolhendo o entendimento de Julyeta Paredes, é preciso descolonizar a temporalidade, olhar com olhos de outro tempo, deslocando o paradigma de linearidade que considera um primitivo que padece e um moderno superabundante.

Quando falamos em descolonizar a temporalidade, estamos denunciando que há uma temporalidade colonial, uma concepção “única” e linear do tempo, que se impõe como um fato colonizador recorrente, que arrebatava a memória e nos fixa no futuro. Essa visão linear do tempo incorpora em si mesma a ideia de evolução e progresso, do pior ao melhor, do não evoluído para o evoluído, do incivilizado para o civilizado, de subdesenvolvido para desenvolvido, uma corrida pela “evolução”, ou melhor, pela dominação.

(PAREDES, 2014, p.25).

Nas primeiras décadas do século XX, período de incursão da expedição da Missão do Cruzador José Bonifácio, o país vivenciava diferentes paradoxos. O Brasil acabava de sair de um era escravocrata e surgia no horizonte a possibilidade de novas formas de acesso à cidadania e inclusão. Entretanto, o espaço urbano é eleito como o novo lócus das representações dessa modernidade, que, ao mesmo tempo, definia-se por oportunidades de trabalho, mercado, indústria, e, de outro lado, por uma política de exclusão e distanciamento de outras formas de vida e trabalho das diferentes localidades do país, classificadas como estranhas a esse modelo, como os espaços rurais, sertões, zonas florestais (SCHWARCZ, 2012). No cenário mundial, já havia uma difusão de teorias raciais e evolutivas⁸ que

8 Para aprofundamento sobre as teorias de raça e ciência no período do Brasil pós-abolição ver: Maio e Santos (1996); Maio e Santos (1996) Hochman e Armus (2004); Diwan (2020). Sobre a discussão da relação das teorias raciais, em curso no período, com a *Missão do Cruzador José Bonifácio* ver CYRINO (2020).

passavam a determinar a Europa moderna como um modelo de civilização, a partir destas, o continente latinoamericano aparecia não apenas distante geograficamente, mas, limitado do alcance ao moderno, era necessário identificar seus entraves e corrigi-los.

Um ser e lugar de civilização como modelo foram ideais que atravessaram o Atlântico e forjaram políticas de modernidade na América Latina. Para classificar o que era considerado civilizado haveria de ter um não civilizado, distante e entrave para um modo de vida moderno, a fim de alcançar o progresso de uma nação. Como provoca Mbembe (2004), numa compreensão em que o hemisfério ocidental é o bairro mais civilizado do mundo, no velho mito da supremacia racial, a partir do qual se origina os princípios que podem guiar toda humanidade. Criar civilização, eis a justificativa para colonizar povos e seus territórios, uma autorização para corrigir o que ainda não é totalmente humano, marcada pela diferença como anomalia, uma política de assimilação (MBEMBE, 2004) que converteria os diferentes para a civilização, utilizando-se não apenas do argumento biológico racial, mas dos costumes e, através destes, camuflando através de estereótipos, processos cada vez mais excludentes.

Como uma ideia transplantada, a Marinha brasileira trouxe um modelo estrangeiro que passou a determinar como legítimo para o alcance do desenvolvimento nacional. Esse discurso de um ideal de progresso a ser alcançável por essa única via vai lançar às populações tradicionais o estereótipo de atrasados, como também de obstáculos ao progresso do país. O próprio modelo de modernidade capitalista, assumido como ideal pelo projeto desenvolvimentista, vai produzir graves consequências. Essa lógica econômica passa a se sobrepor à lógica da vida comunitária e, nesse sentido, tudo que não se adequava ao moderno era reconhecido como entrave ao desenvolvimento.

Essa empreitada foi previamente elaborada a partir de missões militares, do então Capitão Villar, a partir de viagens exploratórias ao continente europeu, no início dos anos 1910, em especial à França e Bélgica, registrando como era organizado o controle da atividade pesqueira, a expansão das indústrias de pesca e as colônias de pescadores. A partir dessas experiências, Villar esboçou a estratégia de instalação desse modelo, que posteriormente deu origem à Missão do Cruzador José Bonifácio. De inspiração das diretrizes marítimas europeias, as colônias foram criadas desconsiderando as peculiaridades dos modos de vida dos pescadores brasileiros, bem como as distintas especificidades políticas, econômicas e culturais do país.

Os pescadores passaram a ser considerados como reserva naval pela Marinha brasileira, a fim de reforçarem a defesa nacional. Desse modo, para servirem à nação deveriam adotar técnicas modernas de pesca e assumirem valores patriotas. Nessa premissa, a Marinha brasileira foi a grande propulsora dessa modernização da atividade pesqueira, abrindo caminhos para a industrialização do setor na trajetória desenvolvimentista no país. Mas o discurso do pescador como marinheiro, sob a tutela da armada militar, apresentava algumas estratégias. No período da Missão, a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) acabava de findar, e o mundo vivenciava as tensões do pós-guerra. A Marinha brasileira se preocupava com a presença de estrangeiros na costa brasileira e no controle dos espaços pesqueiros, o que representava para a instituição naval “[...] graves perigos que isso determinaria para a unidade política do país e para a defesa nacional” (VILLAR, 1945, p.23). Havia o interesse em formar esse contingente de novos marinheiros, homens civilizados e aptos a servirem à pátria na defesa nacional, mas, havia também o interesse do controle dos espaços e recursos pesqueiros que, segundo Villar, estavam entregues a uma gente miserável e sem instrução, e, dessa forma, conduzir a economia industrial do país.

Divididas em zonas de pesca, as colônias criadas pela Missão recebiam instruções de valores militares, como o patriotismo e o civismo, além dos símbolos nacionais fixados nas suas instalações, como bandeira nacional e brasões militares. Através das colônias eram disponibilizadas escolas primárias para os filhos de pescadores e também estavam concentrados outros serviços assistenciais, como saúde e acesso a política pesqueira, o que fortaleceu sua condução tutelar. Na narrativa militar, a Missão apresenta-se aos pescadores como uma esperança de retirar-lhes das condições de miserabilidade física e moral, segundo impressões do autor. Para Villar (1945), as colônias eram verdadeiros viveiros de civilização, expressão que remete a um local de experimentação, de observância e controle, através da qual seria possível, “[...] LIBERTAR, SANEAR, INSTRUIR, EDUCAR E DEFENDER O NOSSO BONISSIMO CABOCLO PRAIANO!” (VILLAR, 1945, destaque do autor). É possível identificar nos registros uma narrativa romanceada dos benefícios que ora eram oferecidos às populações pesqueiras:

Cada colônia que criávamos, cada escola e cada posto de saneamento que instalávamos, enchia-nos a alma de uma alegria nova e intensa, dando-nos a consciência da Obra que estávamos realizando nas praias do Brasil. Estávamos ali erguendo verdadeiros monumentos nacionalistas! (VILLAR, 1945, p.130).

Ao interpelarmos o discurso colonizador, Cesaire (1978) afirma que a colonização não é contato, nem civilização, nem progresso. Tampouco pode ser compreendida como filantropia, como dever divino, ou um recurso necessário para romper com a ignorância. É possível ver que este discurso está centrado em um desprezo pelo outro, a fim de legitimar a sua atuação. Uma vontade urgente de colonização para cessar os problemas existentes nessas populações, das suas condições de vida, de seus hábitos, do seu aspecto “não moderno”. Nas palavras do comandante Villar:

O pescador brasileiro, como homem, como cidadão, como marinheiro e como industrial, só poderá ser útil ao Brasil, enriquecê-lo e defendê-lo, se for realmente um Homem, na justa expressão desse termo, isto é, se deixar de ser analfabeto, se tiver saúde e capacidade profissional e puder ser orientado por um Instituto Oceanográfico devidamente aparelhado para demarcar nossos pesqueiros e desvendar os segredos da nossa riqueza aquática (VILLAR, 1945, p.46).

Ora, em que medida cabe a uma instituição militar, como expressão do poder nacional, determinar quem era o pescador brasileiro, reduzindo a sua existência à adaptação da nova forma de vida apresentada. Assim, o que Cesaire (1978) revela é que a colonização é, em sua essência, *coisificação*, camuflada na promessa de benefícios da modernização, entretanto, ao revés, ela desumaniza. Seu discurso está sustentado em reduzir o outro a um sujeito não audível, incapaz de produzir sua própria história.

Para justificá-lo, passa a ver o outro como selvagem, passando a tratá-lo como tal. Ao colocar o colonizado numa categoria humana inferior, a colonização desumaniza o próprio colonizador, o efeito *ricochete*, absorvendo sua conduta opressora, no caso das populações pesqueiras, de impor uma cultura obrigatória, apropriar-se de territórios e produção, aviltarem suas memórias, de forjar uma outra história sobre esses povos.

Ouçó a tempestade, falam-me de progresso <de realizações>, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, eu falo de sociedade esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas manipuladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas (CESAIRE, 1978, p.25).

Cesaire (1978) afirma que ninguém coloniza inocentemente, há um claro intento de silenciamento para propagação e manutenção de uma estrutura de poder que legitima a ação colonizadora de uma mudança brusca da história dessas populações para alcançar um padrão de desenvolvimento à custa da supressão, violação e aviltamento de outras culturas.

A FALÁCIA DO DISCURSO COLONIAL: O ESTEREÓTIPO COMO ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO

Ao sondar as páginas envelhecidas da obra militar que registra a Missão é possível observar como o comandante Villar descreve, de modo estereotipado, o que ele considera como a péssima condição de saúde e miséria em que encontrou os pescadores, enfatizando a falta de instrução. Revela ainda o descontentamento com os costumes dos pescadores, ao constatar que aplicavam métodos de pesca que ele considerava arcaicos, como os reproduzidos por populações indígenas, além de embarcações precárias. Não apenas o modo de trabalho estava atrasado, mas a própria existência dos pescadores era apresentada como errante:

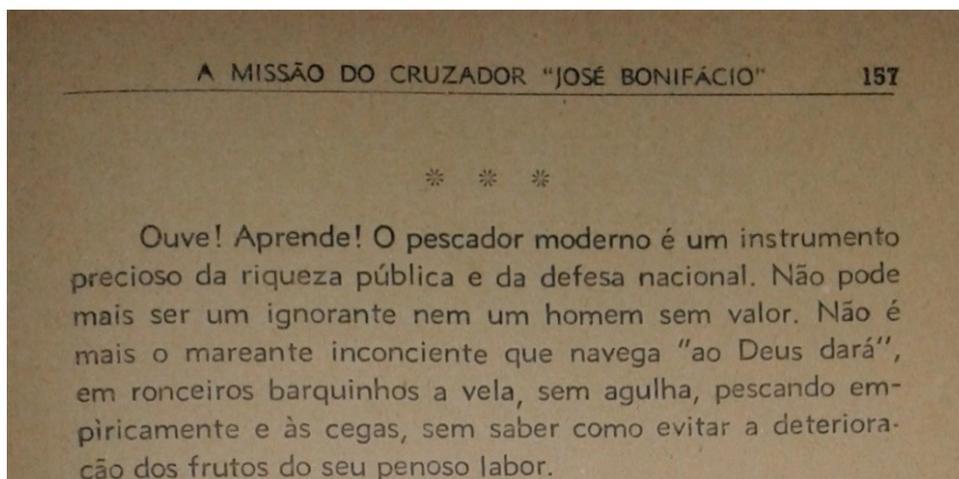
Quem são, em todo o Brasil, os pescadores? São homens inteiramente alheios às conquistas da civilização e do trabalho. Na proporção talvez de 90%, os chamados praianos não sabem ler nem escrever; vivem doentes, esqueléticos, demolidos pelas endemias do litoral, pelo alcoolismo e pelos entorpecentes [...] Quem jamais os contou? Formam uma grande população de mais de cem mil viventes morando – por assim dizer – sobre o oceano, em barcos primitivos, empregando os mesmos processos de pesca adotados pelos índios! (VILLAR, 1945, p.46).

Bhabha (1998) afirma como o estereótipo é utilizado como estratégia de poder no discurso colonial, como uma falsa representação social do sujeito, marginalizando-o como alguém dotado de características fixas, presas, embora corruptíveis, que precisam ser corrigidas e controladas. O discurso estereotípico passa então a justificar formas de intervenção normalizadoras, uma governabilidade conivente a exigências políticas e econômicas, estratégias discriminatórias e autoritárias são colocadas como apropriadas.

As marcações desses estereótipos vão estigmatizar os pescadores como um grupo inferior, sustentando a necessidade da condução tutelar do Estado, através das colônias de pescadores. Característica essa que atravessará décadas e refletirá na recusa por parte do Estado em valorizar o saber-fazer dos pescadores. Britto (1999, p.37) esclarece que essa atitude dominante do Estado traduz-se em enquadrar os pescadores artesanais como “[...] um segmento marginal ou desviante do processo de transformação da sociedade brasileira, sob uma perspectiva técnica, econômica ou política”.

De acordo com o Comandante Villar, em cada localidade que a *Missão* atracava, os militares repetiam aos pescadores o “Código de Honra do pescador brasileiro”. A oração é preenchida de termos patriotas, de defesa nacional e reverência à força militar naval. Seus versos ensinam ainda, a importância da mudança do modo de vida “primitivo” para a adoção dos benefícios que a modernização e a instrução técnica oceanográfica poderiam proporcionar-lhes e ao progresso de toda nação.

Figura 3. Palavras de ordem



Registro de imagem: CYRINO, 2018. Fotografia de trecho do Código de Honra do Pescador Brasileiro (VILLAR, 1945, p.157). Acervo pessoal.

A narrativa de Villar é preenchida de expressões caricatas dos modos de vida e trabalho dos pescadores. Percebemos nesses imperiosos versos da Figura 4, como os costumes tradicionais dos pescadores são suprimidos e colocados como não adaptáveis ao novo modelo que ora lhes era apresentado. Essa equivocada visão dicotômica do tradicional e do moderno coloca a atividade artesanal como um entrave ao progresso.

Ora, a política pesqueira estava direcionada a exercer um controle da atividade artesanal. Para alcançar tal objetivo, busca promover o rompimento dos laços sociais característico da sua vida comunitária. O pescador para ser o “marinheiro”, o “industrial”, “o profissional”, “o cidadão”, deverá assumir um novo estilo de vida, do qual a tradição perde espaço na sua constituição enquanto indivíduo. Mais uma vez a liberdade que o Comandante anunciara aos pescadores estava camuflada de admoestação, disciplina e controle dos espaços e recursos pesqueiros para atender os valores modernos defendidos pelo Estado.

Nesse sentido que essa dominação se revela como uma *fantasia colonial* que possui um caráter ambivalente, ao mesmo tempo em que o nativo é progressivamente reformável, ela nega ao colonizado a capacidade de se autogovernar, legitimando, assim, a autoridade do poder colonial.

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governabilidade que, ao delimitar uma “nação sujeita”, apropriada, dirige e domina suas várias esferas de atividade (BHABHA, 1998, p.111).

A autenticação dessas histórias de exploração (BHABHA, 1999; FANON, 2005) se dá na perspectiva de ter outro olhar sobre as narrativas já constituídas, narradas com uma aparente passividade e necessidade de adaptação dessas populações pesqueiras ao abandono de seus modos de vida. É compreender a história também como representação de poder, como forma de legitimação do uso arbitrário de estratégias políticas e econômicas para um projeto de desenvolvimento excludente. É refletir que as narrativas de estereótipos sobre populações pesqueiras reproduziram e autorizaram explorações subsequentes. Ao classificar os pescadores como “não civilizados”, conseguimos entender o efeito de todo esse poder de nomeação e ação impresso inicialmente pela Marinha e depois por outros órgãos gestores, sobre as vidas e as formas de trabalho dos pescadores artesanais. O Estado, por meio da instituição militar e da positivação da política pesqueira estabeleceu uma relação verticalizada, definindo quem deveria ser o pescador e como este deveria contribuir para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, ressalta-se que essas transformações não ocorreram em um plano imediato. A própria condução tutelar militar vai repercutir gradativamente e, ainda, produz seus efeitos, considerando a persistente centralidade das ações políticas pesqueiras a partir das colônias, a dificuldade do acesso aos direitos garantidos, da prática de assistencialismo e interesses privados.

Ao reexaminar a história, coloca-se em discussão é que o caráter inferior não foi posto pelos pescadores e suas comunidades. O estereótipo de atraso imposto pelo Estado foi reproduzido por um discurso que passou a legitimar o modo de vida europeu, como a representação de civilização. Percebe-se como o movimento de transplantar um modelo de colônia de pesca europeu para o Brasil parece revelar um processo de embranquecimento dos costumes dessas populações, apontado como animalesco seus modos de vida que precisavam ser rapidamente reformados. A instalação das escolas primárias nas colônias de pescadores foi o ápice da realização da empreitada militar, a partir da qual a Marinha lançou a semente como uma promessa de um futuro civilizado, na avaliação do Comandante Frederico Villar. A educação assumida pela instituição militar, desde os primeiros anos de vida escolar, vai reforçar a necessidade do acesso a própria reprodução da memória. Ainda que os uniformes militares revestissem a cor negra da pele dos filhos dos pescadores, eles continuavam negros, não pertencentes ao lugar da modernidade. Era preciso ir além e buscar acessar inclusive a reprodução de suas memórias, como que pudessem cessar um tipo de comportamento inadequado. Não só foram ministrados manuais de conduta como também a projeção de um modelo ideal de vida que pudesse causar estra-

nhamento e vergonha a sua própria condição. Conforme afirma Fanon (2005, p.90), “precisamos ter coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”, e a si mesmo se qualificam como representantes mais qualificados de uma civilização.

Percebe-se o alcance de uma nação moderna civilizada e o argumento racial estão relacionados. Ele passa a ser utilizado como eixo central para sustentação dessa estrutura de poder, quando passamos a compreender o significado de “raça” como uma construção política. Ao considerarmos que a raça não existe enquanto uma realidade genética, antropológica, física, (MBEMBE, 2014) seus efeitos seguem reais. Seus significados são fixados numa classificação de cultura, por um regime de verdade que determina hierarquicamente essas diferenças a fim de alcançar uma dominação. São historicamente marcados pelas relações de poder que operam no jogo de semelhança e diferença entre grupos, passando a determinar a conduta humana. É o que Mbembe (2014) chama de *processo de efabulação* do racismo, apresentando como reais e verdadeiras concepções fantasiosas a fim de justificar a sua dominação. Assumindo uma posição de salvaguarda, protetiva para auxiliar aqueles que supostamente têm uma humanidade adormecida, passível de ser ajustada. Um dever de guiá-los, uma *Missão*.

Considerações Finais

As narrativas da obra analisada carregam uma densidade que não é possível olhar apenas em sua superfície. Como corpos, passam a ser classificados como desencaixados de um projeto de nação e precisam ser ajustados. Quem eram esses corpos, e que tipo de interpretação de suas histórias foram registradas? Essas indagações pulsam à medida que a percepção de que valores universais são colocados como determinantes para classificar o *civilizado e o não civilizado*, o que é diferente dessa lógica passa a ser tratado como anomalia, que deve ser separada, corrigida, superada e, por vezes, aniquilada.

O que se observa, da complexidade da narrativa, é que essa *modernidade prometida* (CYRINO, 2018) aos pescadores, tal como foi apresentada, revela-se como uma doutrina de nação moderna, um horizonte a partir do qual estes poderiam alcançar um novo modo de vida, que só através dos benefícios do “ser moderno” seriam capazes de concretizar, numa recorrente tentativa de invisibilizar essas populações. Entretanto, o que se percebe é que essa modernidade estava camuflada de admoestação, disciplina, controle dos espaços pesqueiros, condicionada a atender interesses estatais de desenvolvimento do país e a grupos que se beneficiariam com a tecnificação e modernização do setor, como os ligados às indústrias de pesca.

O conhecimento dessa *Missão* e o seu desdobramento prático na mudança engendrada na atividade da pesca nos faz pensar sobre os pescadores. O que nos leva à questão, como eles se manifestaram diante dessa incumbência modernizadora? Não são encontradas no documento as suas falas. Todas as impressões são do comandante, que narra seu ponto de vista acerca de como são os pescadores, nativos descobertos em um novo mundo carente de civilização, descrevendo seus corpos e hábitos, apontando como devem ser e desenvolver seu ofício, para que então possam estar aptos a viver em sociedade e servirem à nação.

De mesmo modo, não podemos atribuir às populações pesqueiras uma passividade diante das amargas experiências as quais esteve sujeita ao longo da história. Nem tampouco, considerarmos esses indivíduos como dotados de uma “identidade pura e estática”, que não se relaciona e nem é construída a partir da experiência vivida. Rompendo assim com a lógica de uma modernidade que só é possível com o afastamento de suas práticas tradicionais, em que a existência de uma precede da supressão da outra. Essa compreensão provoca, como vimos em Bhabha (1998), a reconfigurar a nossa própria compreensão sobre modernidade e tradição, a desafiar as premissas normativas sobre desenvolvimento e progresso. Assim, não se trata do resgate de uma tradição pura e recebida, mas em que os valores culturais são negociados, deslocados, e estratégias de representação e aquisição de poder são reformuladas. “Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição” (BHABHA, 1998, p.21).

Referências

- ABREU, Berenice. Jangadeiros: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRITO, Rosyan Campos de Caldas Britto. Modernidade e tradição. A construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Prefácio de Mário de Andrade. Sá da Costa Editora: Lisboa, 1978.
- CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. “Aos pescadores, a modernidade!” Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Vitória: UFES, 2018.
- _____. Sob o olhar do outro: o experimento do racismo científico nas missões brasileiras de instruir e sanear populações pesqueiras. In: PADILHA, Letícia; MARQUES, Pâmela Marconatto; CYRINO, Carolina; BERNARD, Rebecca. Brasil e Haiti: Racismo, ciência, lutas históricas e dramas atuais. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- COLBARI, Antonia L. A investida do Estado Novo: Trabalho e Família na Nova Ordem Social. In: COLBARI, Antonia L. Ética do Trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional. São Paulo: Letras e Letras, 1995.
- DIWAN, Pietra. Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, Ângela Maria Castro. A construção do homem novo. In: Oliveira, Lucia Lippi.; Velloso, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro (orgs.). Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editor FIOCRUZ, 2004.
- MACIEL, Fabrício. O Brasil-Nação como ideologia. A construção retórica e sociopolítica da Identidade Nacional. São Paulo: Annablume, 2007.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Raça como Questão. História, Ciência e Identidades no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- MAIO, Marcos Chor; RAMOS, Jair de Souza. Entre a riqueza natural e a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se o povo brasileiro. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Raça como Questão. História, Ciência e Identidades no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Linhagens pós-coloniais e a possibilidade de ampliação do conhecimento: um debate epistemológico. In: Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade: Olhares Sobre a América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- NAXARA, Marcia Regina Capela. Estrangeiros em sua própria pátria: representações do brasileiro. São Paulo: Annablume, 1998.
- ODA, Andre Augusto Inoe. A guerra das raças: Estudo do pensamento social brasileiro. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, 2006.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PAREDES. Julyeta. Descolonizar la temporalidad. In: El tejido de la rebeldia: Que és feminismo comunitário. La paz: 2004.
- SILVA, Catia Antonia da. Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SUDEPE. Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (1975 – 1979). Brasília: Ministério da Agricultura, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Moderna República Velha: um outro ano de 1922. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. [online]. 2012, n.55, pp.59-88

VARGAS, Getúlio. Fixando nossos objetivos. In: VILLAR, Frederico. *A Missão do Cruzador José Bonifácio: Os pescadores na Defesa Nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919 – 1923)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

VILAR, Frederico. *A Missão do Cruzador José Bonifácio: Os pescadores na Defesa Nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919 – 1923)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

Recebido em: 13/10/2019

Aprovado em: 10/05/2021

Como citar este artigo:

CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. Retornando ao arquivo colonial: vestígios civilizatórios na missão militar de instruir e sanear populações pesqueiras no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 672-685.